

DECRETO DE xx DE XXXXX DE 2010.

Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Poder Executivo da União, nos termos dos artigos 48, parágrafo único, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 2000, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Art. 48, inciso III, da Lei Complementar 101, de 2000 .

DECRETA:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A transparência da gestão fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, referidos no art. 1º, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único da referida lei e as regras estabelecidas neste decreto.

Art. 2º Para os fins a que se refere o disposto no art. 48-A, da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Sistemas de Administração Financeira e Controle – SIAFIC deverão permitir a disponibilização das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à despesa e à receita, com a abertura mínima estabelecida neste decreto, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, em tempo real, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao pleno funcionamento dos sistemas transacionais mantidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

§ 1º Entende-se por tempo real a disponibilização das informações até o primeiro dia útil subsequente à data do **registro contábil** nos respectivos sistemas de administração financeira e controle de cada poder ou órgão.

§ 2º Entende-se por unidade gestora a unidade orçamentária ou administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial, cujo titular, em consequência, está sujeito à tomada de contas anual em conformidade com o disposto nos artigos 81 e 82 do Decreto-Lei nº200/1967.

§ 3º Entende-se por meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, a disponibilização de informação na Internet.

Art. 3º O padrão mínimo de qualidade para os Sistemas Integrados de Administração Financeira e Controle - SIAFIC utilizado pelos entes da Federação, nos termos do Art. 48, inciso III, da Lei Complementar 101, de 2000, será regulado na forma deste decreto.

§1º Os requisitos componentes do padrão mínimo de qualidade consistem características mínimas que devem ser atendidas, podendo o ente implementar características adicionais de qualidade em seus respectivos sistemas integrados, desde que não entrem em conflito com os requisitos descritos neste decreto.

§ 2º Para fins deste decreto, entende-se por sistema integrado o conjunto de soluções de tecnologia da informação que, funcionando em conjunto, suportam a execução financeira, orçamentária e contábil do ente, bem como a geração dos relatórios e demonstrativos previstos na legislação e os necessários aos órgãos de controle.

Art. 4º O padrão mínimo de qualidade contempla os seguintes requisitos gerais:

- I. Aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao cidadão e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;
- II. **Arquitetura de sistema que possibilite integração com os demais sistemas de todas as esferas de poder, de forma a disponibilizar informações ao cidadão de forma integrada;**
- III. Processos informatizados de armazenamento, importação e exportação dos dados;

[R1] Comentário: Como fazer a definição desta arquitetura, hoje temos municípios com sistemas de informática diferente para cada área.

- IV. Geração dos demonstrativos contábeis e de responsabilidade fiscal exigidos pela legislação em vigor;
- V. Mecanismos que garantam a integridade, a autenticidade e o não-repúdio da informação registrada;

Seção I

Dos Objetivos do Sistema

Art. 5º O Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle - SIAFIC deve:

- I. Registrar atos e fatos em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional, respeitados os prazos de implantação;
- II. Prover os Órgãos que integram a Administração de cada ente de mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, da administração financeira e controle do patrimônio público, por meio de registros contábeis automatizados;
- III. Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos de cada ente, por meio de controle contábil unificado das disponibilidades de caixa;
- IV. Permitir que a contabilidade seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinada a todos os níveis da administração;
- V. Integrar e compatibilizar as informações disponíveis nos diversos Órgãos e Entidades participantes do sistema;
- VI. Proporcionar aos segmentos da sociedade a transparência dos gastos públicos, mediante divulgação de relatórios e demonstrativos de responsabilidade fiscal, em conformidade com a legislação vigente, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF ;
- VII. Permitir a programação e o acompanhamento da execução do orçamento, em nível analítico;
- VIII. Proporcionar o controle das disponibilidades por destinação de recursos;
- IX. Atender, preferencialmente, aos padrões de arquitetura e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, que define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no governo federal, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

[R2] Comentário: Continuo com os questionamentos. Aplicar isto a todos? Os municípios não trabalham com conta única e para implantar vai demorar algum tempo. Isto não pode ser facultativo? Tenho dúvidas se estou interpretando corretamente esta posição.

[R3] Comentário: Desta forma ficou melhor.

Seção II

Das Características do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle - SIAFIC

Art. 6º São características do SIAFIC:

- I. Métodos e rotinas de trabalho padronizadas, mantendo a autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e cronograma de desembolso estabelecidos;
- II. O acesso para registro de documentos ou para consultas diretamente no SIAFIC somente será autorizado após o prévio cadastramento e habilitação dos usuários.

[R4] Comentário: Isto é para público externo?

Art. 7º O sistema deve abranger desde o registro do orçamento inicial da receita e despesa, em todas as unidades, até a emissão das demonstrações contábeis mensais e anuais, além dos procedimentos específicos de encerramento e abertura de exercício.

Art. 8º O sistema deve possibilitar a emissão dos relatórios de execução orçamentária e financeira e dos demonstrativos de responsabilidade fiscal e o conhecimento qualquer momento dos saldos orçamentários e financeiros das unidades gestoras.

Art. 9º- O SIAFIC, dentre outros, especificará:

I - a execução financeira da despesa orçamentária do ente da Federação discriminada, no mínimo, por elementos;

II - as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias intragovernamentais, para fins de exclusão de duplicidades na apuração de limites mínimos e máximos e na consolidação das contas públicas, mediante codificação própria e independente da classificação da receita orçamentária e da despesa orçamentária;

III - a execução financeira de programas, projetos e atividades que envolvam transferência realizada aos demais entes da Federação;

§ 1º Integrarão o sistema a que se refere o caput todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e também as empresas estatais dependentes e outras entidades instituídas ou mantidas com recursos públicos.

[R5] Comentário: Neste caso estariam entrando os consórcios, entidades municipalistas e outras instituições que são mantidas com recursos público com nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Art. 10 O SIAFIC além de obedecer às normas de contabilidade aplicada ao setor público, na escrituração das contas públicas deverá ainda:

I – demonstrar a disponibilidade de caixa em registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

[R6] Comentário: Continuo entendendo que precisa uma definição para despesa obrigatória.

II – registrar a despesa e a assunção de compromisso segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III – elaborar as demonstrações contábeis compreendendo, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente, bem como a identificação das operações intragovernamentais;

IV – apresentar as receitas e despesas previdenciárias em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V – escriturar as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

[R7] Comentário: Este registro seria atualmente no compensado? Tipo de credor é o detalhamento já existente no passivo financeiro?

VI - possibilitar a demonstração das variações patrimoniais de forma a evidenciar a origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º O SIAFIC deverá oferecer informações que subsidiem sistema de custos da Administração Pública, de forma a permitir a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 11 O SIAFIC deverá permitir o registro e a evidenciação dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio público, provendo as informações necessárias à tomada de decisões e ao controle, com ênfase no que se refere:

I – aos valores constantes do PLOA, o autógrafo da LOA e a LOA sancionada e suas retificações, bem como as movimentações de crédito.

[R8] Comentário: Estes registros são no compensado? Atualmente os municípios não tem este registro, será dado um tempo para estes se adaptarem?

II – a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento das receitas orçamentárias;

III – a fixação, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas orçamentárias;

IV – às operações de crédito, os avais, fianças, garantias, contratos, convênios e demais atos com efeitos sobre o patrimônio público;

V – aos resultados fiscais, orçamentários, patrimoniais, financeiros, e econômicos;

VI – ao cumprimento dos limites mínimos e máximos de aplicação dos recursos públicos estabelecidos pela legislação;

VII – a situação, perante a Fazenda Pública, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o ente da Federação responda ou ainda, que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária;

VIII – às informações necessárias à tomada de decisão, em todos os níveis da administração, relacionadas à gestão orçamentária, financeira, econômica e patrimonial e que facilitem a interpretação e o acompanhamento por parte dos usuários;

IX – a evidenciação do patrimônio público a partir do controle de todos os ativos e passivos do ente, de forma a demonstrar a situação do patrimônio e fornecer informações úteis sobre a sua composição e variações;

X – aos custos dos programas e das unidades da administração pública;

XI – a regionalização da aplicação dos recursos do ente da Federação, quando for o caso;

XII – a renúncia de receitas de órgãos e entidades governamentais.

XIII - ao registro dos restos a pagar por exercício financeiro e por credor, distinguindo-se os processados dos não processados.

Art. 12 Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira ou alteração patrimonial, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro e individualização contábil.

Art. 13 Os registros contábeis utilizarão como instrumentos básicos obrigatórios o Diário e o Razão.

Art. 14 É vedada a prática de atos, no âmbito do sistema, de gestão orçamentária e financeira relacionados ao orçamento do exercício, após 20 de janeiro do exercício seguinte, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até 31 de janeiro.

Art. 15 Todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, empenho, liquidação e pagamento, deverão ser formalizados através de documentos próprios, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao valor da despesa, classificação orçamentária, o número do correspondente processo, bem fornecido ou serviço prestado, pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

Art. 16 Os recursos arrecadados pelos órgãos ou entidades deverão ser registrados no SIAFIC através de documentos próprios.

Art. 17 O pagamento de obrigações da UG e demais movimentações financeiras deverá ser feito por meio de documento específico.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS

Seção I

Do Sistema Computacional

Art. 18 O Sistema, além do acesso "on-line" aos usuários autorizados, deve permitir a execução de rotinas em "batch", eventuais ou pré-definidas, objetivando facilitar as atividades desenvolvidas pelos usuários.

Seção II

Do Meio Eletrônico de Acesso Público (Internet)

Art. 19 O SIAFIC deverá ter funcionalidade de integração com meio eletrônico de acesso público (internet), com a finalidade possibilitar à sociedade o acesso às informações disponibilizadas no âmbito de cada ente e observar os seguintes requisitos:

- I. Atender, preferencialmente, ao Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG), que consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de

acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação, em conformidade com a Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Governo Federal - SLTI e do Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico;

- II. Permitir a qualquer indivíduo, por meio da Internet, **acesso amplo e facilitado às informações da execução orçamentária e financeira;**
- III. Permitir ao cidadão comum realizar consultas prontas, assim como **elaborar os cruzamentos** que desejar entre as informações disponibilizadas;

Art. 20 As informações, relativas à execução orçamentária e financeira, sem prejuízo de outros detalhamentos, serão divulgadas e atualizadas meios eletrônicos de acesso público sendo:

- I. quanto à despesa: os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, nos momentos do empenho, liquidação e pagamento, com a disponibilização dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado, compreendendo no mínimo:
 - a) Quanto ao empenho: favorecido; processo; procedimento licitatório; programa de trabalho; fonte; e natureza da despesa;
 - b) Quanto à liquidação e pagamento: bem fornecido; serviço prestado; pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento.
- II. quanto à receita: o lançamento e a arrecadação de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários, compreendendo no mínimo:
 - a) Quanto ao lançamento: **identificação do contribuinte;**
 - b) Quanto à arrecadação: **natureza da receita; e fonte de recurso.**

Art. 21 O órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 2000, observado o detalhamento estabelecido por este decreto e pelo art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 2000, poderá definir outras informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira a serem divulgadas.

Art. 22 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, xx de xxxxx de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Vana Rousseff

[R9] Comentário: Tenho que deixar a disposição o valor lançado de cada contribuinte? Esta informação os municípios tem no sistema de tributação não de contabilidade/orçamento.